

**Relatório da audição realizada no âmbito da**

**PETIÇÃO N.º 153/XIV/2.ª**

*Lesados de Papel Comercial e Lesados Emigrantes do BES/Novo Banco*

**Dia:** 28 de abril de 2021

**Peticionários:** António Ramos da Silva (Primeiro peticionário) e outros

**Recebidos por:** Deputado Nuno Sá (PS), em substituição do relator da petição, e pelos Senhores Deputados Alberto Fonseca (PSD), André Ventura (CH), Carlos Brás (PS), Eduardo Teixeira (PSD), Filipe Neto Brandão (PS), Hortense Martins (PS), João Gouveia (PS), Jorge Paulo Oliveira (PSD), Vera Braz (PS)

**Síntese dos Temas Abordados:**

O Senhor Deputado Nuno Sá (PS) que conduziu a audição em substituição do Senhor relator da petição, Deputado Fernando Anastácio (PS), por impossibilidade deste, deu as boas-vindas ao primeiro peticionário e demais acompanhantes. Prosseguiu resumindo o âmbito desta audição, dando nota do modo de condução dos trabalhos, após o que passou a palavra ao primeiro peticionário, o Senhor António Ramos da Silva, para uma exposição inicial.

O Senhor António Ramos da Silva agradeceu a disponibilidade e a oportunidade de abordar o assunto com os senhores deputados. Disse que os peticionários foram vítimas de uma fraude, tendo sido estando privados do seu dinheiro há 8 anos. Mais disse que o Banco de Portugal interveio no Banco e não respeitou as aplicações dos clientes, que foram transformados em “investidores à força”.

Referiu que, segundo a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), terá sido constituída uma provisão nas contas do Novo Banco no primeiro semestre de

2014, e que as aplicações estariam assim garantidas. Contudo, a CMVM afirmou em 2015 que, cerca de 300 milhões de euros da provisão teriam sido utilizados para outros fins e que, se assim continuasse, o Novo Banco não teria condições de satisfazer estas suas obrigações. A CMVM também veio afirmar que o Novo Banco estava a violar os deveres de lealdade e boa-fé.

Afirmou que chegados a 2021, apesar de todas as promessas feitas, continuam com as suas contas “a zeros”.

Mais referiu que foi feita uma exposição à Comissão Europeia e que esta concordou que a atuação do Banco não era correta.

Acrescentou que os lesados estão a ser discriminados, existindo decisões judiciais noutros países, como Espanha, em que a informação fraudulenta prestada pelos funcionários do BES, vincula o Novo Banco, o que não está a acontecer em Portugal.

As pessoas estão em desespero, algumas suicidaram-se. Desde 2017 já fizeram mais de 60 manifestações e não há quem se debruce sobre o tema.

Concluiu dizendo que é inadmissível que o Novo Banco tenha utilizado a provisão constituída para proteger os clientes não profissionais, para satisfazer os clientes institucionais.

Aberta a fase de debate, fez a primeira intervenção o Senhor Deputado André Ventura (DURP CH) que questionou qual o ressarcimento já houve. Mais disse não se compreenderem as notícias recentes de que o Novo Banco fará novos investimento, quando ainda não foi feito qualquer ressarcimento aos lesados.

Tomou de seguida a palavra o deputado Nuno Sá (PS) que disse estar a intervir na sua qualidade de representante do PS, agradecendo o contributo para este processo. Disse que a petição entregue é perfeitamente inteligível, identificando bens os factos e os danos. Explicou aos peticionários o procedimento que a petição irá percorrer dentro do Parlamento.

Na sua intervenção final, o primeiro peticionário, António Ramos da Silva, agradeceu as perguntas e comentários dos Senhores Deputados. Disse que enquanto lesado e

porta-voz destes lesados compete-lhe defender esta posição sabendo, contudo, que houve lesados que já aceitaram acordos, muitos dos quais foram praticamente forçados a assinar pois foi-lhes dito que ou aceitavam aquele acordo ou não recebiam nada.

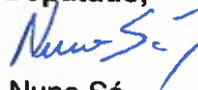
Disse por fim que, a bem do sistema financeiro, esta situação deveria ser analisada, pois este é um drama na vida das pessoas. Disse ainda que se trata de dinheiro que saiu da economia. Pediu, por fim, que os Deputados de todos os partidos analisassem este tema, dizendo ficar à disposição para qualquer questão e para enviar documentação adicional.

Outro lesado que também se encontrava presente, o Senhor Jorge Lobo, solicitou a palavra para um comentário final, o que foi aceite pelo Senhor Deputado Nuno Sá. Disse que os lesados nunca foram ouvidos no âmbito das soluções que foram encontradas.

O Senhor Deputado Nuno Sá agradeceu a presença e os esclarecimentos prestados pelos peticionários, tendo de seguida encerrado a audição e dado por concluídos os trabalhos.

Diversas informações sobre a audição, incluindo a gravação áudio, podem ser encontradas na [página internet da petição](#).

Palácio de São Bento, em 28 de abril de 2021

O Deputado,  
  
Nuno Sá